PELA TOPONÍMIA ATÉ À HISTÓRIA

José d'Encarnação
Universidade de Coimbra

Pode estabelecer-se relação estreita entre a toponímia e a História.

Assim, a investigação sobre a toponímia antiga permite-nos identificar lugares e povos e descortinar o significado concreto desses nomes.

Nos tempos pré-romanos

Quem, por exemplo, se debruça sobre a numismática circulante na época que precedeu a vinda dos Romanos para o território actualmente português, designadamente nesta zona do Sudoeste em que Albufeira se integra, encara como primordial objectivo da sua pesquisa – para além da exploração do simbolismo dos motivos que decoram os numismas – desvendar o significado dos caracteres que eles ostentam.

Pertencem a um idioma ainda por decifrar, a chamada «escrita do Sudoeste», de que existem nos museus várias dezenas de estelas, interpretadas, de um modo geral, como sendo de índole funerária[1]. Mas não se sabe o que dizem nem se são fonéticos, ideográficos ou simbólicos esses sinais que ostentam.

Em todo o caso, tentativas tem havido, inclusive para verter para a nossa fonética os topónimos que, como é hábito, têm de figurar numa moeda a indicar o local onde foi cunhada ou onde circula.

Desta forma, moedas de Alcácer do Sal, amiúde representadas nos livros sobre a Idade do Ferro peninsular[2], trazem uma legenda que, segundo alguns, se deve ler *Ketnipo* e, segundo outros, *Bevipo* – e esse seria um dos nomes mais antigos daquela que viria a ser a *Salacia Imperatoria Urbs* dos tempos romanos e que, pela sua

---

[1] Um dos trabalhos de síntese sobre este tipo de material epigráfico foi realizado por Virgílio Hipólito Correia, actual director do Museu Monográfico de Conimbriga, no âmbito do seu Mestrado, que foi publicado: *A Epigrafia da Idade do Ferro do Sudoeste da Península Ibérica*, Porto, 1996. Aí se faz, naturalmente, referência aos estudos precedentes sobre tema tão complexo.

[2] Cf. FABIÃO (Carlos), *A Herança Romana em Portugal*, CTT Correios de Portugal, Lisboa, 2006, p. 133.

localização, no estuário do Sado, tamanha importância estratégica, política e económica viria a ter[3].

Por conseguinte, incluiríamos os estudos numismáticos nas primeiras fontes para o estudo da toponímia primitiva, ainda que eriçados das referidas dificuldades.

Na época romana

No que à época romana diz respeito – e, aqui, já nos aproximamos mais de uma realidade nossa conhecida – não só dispomos de textos literários que se fazem eco de topónimos, como também, e principalmente, de documentos epigráficos. Que nomes tinham, então, as nossas cidades e vilas: existiriam elas ou foram criação posterior? – interrogamo-nos[4].

Na verdade, constituem as inscrições fonte primordial para se conhecerem os topónimos do tempo da ocupação romana no território lusitano. Assim, há – designadamente no Centro de Portugal – rochas que ostentam letreiros a indicar a fronteira de determinado território. Recordo, a título de exemplo, um, da zona de Viseu, onde se lê PAISICAICOI / HAC FINIS, que é como quem diz: «Aqui é a fronteira dos Paisicaicos», povo pré-romano de que apenas se conhece esta menção[5].

A meio da ponte romana de Chaves (*Aquae Flaviae),* está vetusta cópia do chamado «Padrão dos Povos», que refere os nomes dos povos que, no tempo do Império romano, meteram ombros a uma obra comum, quiçá um importante melhoramento viário que a todos interessasse manter em bom estado: os *Aquiflavienses,* os *Coelerni,* os *Limici,* entre outros… E, hoje, com base nesse padrão e na ordem por que os povos aí são citados, procura-se investigar quais seriam os territórios em que se situariam…[6]

---

[3] Veja-se, a título de mero exemplo, o que escrevi no artigo «*Salacia* et l'Afrique à l'époque impériale», *L'Africa Romana,* XIV, Roma, 2002, p. 1499-1505.

[4] Nessa lógica de se procurarem 'raízes' e, consequentemente, essas designações antigas das nossas terras se pode interpretar a preocupação ora vigente de com elas se «baptizarem» publicações: tínhamos já uma *Olisipo,* do Grupo de Amigos de Lisboa; uma *Conimbriga,* do Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra; temos, agora, uma *Xelb,* de Silves, uma *Al'ulyã* (Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé), uma *Eburobriga,* do Fundão, uma *Al-Rihana,* de Aljezur…; e, na vizinha Espanha, *Anas* (do Museu Nacional de Arte Romano, de Mérida, com o nome latino do rio Guadiana), *Almajar* (Revista de Historia, Arqueología y Patrimonio de Villamartín y la Serra de Cádiz, edição do Museo Histórico Municipal de Villamartín); e tantas outras!...

[5] VAZ (João L. Inês), «EPIGRAFAI – Epigrafia rupestre e *populi* da Serra do Caramulo na época romana», *Miscellanea Epigrafica in Onore di Lidio Gasperini,* Roma, 2000, p. 482-484.

[6] SILVA (Armando Coelho F. da), «Novos dados sobre a organização social castreja», *Portugalia,* nova série, II-III, 1981-1982, p. 90-92.

Algumas inscrições funerárias romanas memoravam pessoas que se designavam Cobelcos. Constituía esta palavra um pequeno enigma, pois não se sabia se era nome próprio, se derivaria dalgum topónimo. A descoberta, na Torre de Almofala, de um bonito altar fundacional em que a *Civitas Cobelcorum* presta homenagem a Júpiter Óptimo Máximo (*Iovi Optumo Maxumo),* o deus maior dos Romanos, veio pôr termo às dúvidas existentes: era ali a cidade dos Cobelcos e o nome que aparecia nas inscrições indicava a naturalidade do defunto[7].

Durante muitos anos se supôs que Coimbra assentava na romana *Conimbriga.* Hoje sabe-se que não: Coimbra designa-se assim, porque, no século III, aquando da invasão dos Suevos, a cidade foi abandonada pela população, que veio fixar-se nas margens do Mondego. E como se chamaria essa nova cidade? Só a descoberta, em reaproveitamento num dos muros urbanos, da dedicatória feita pela cidade de *Aeminium* (*civitas Aeminiensis*) ao imperador Constâncio, em 305-306, pôde demonstrar, sem sombra para dúvidas, que se designava *Aeminium* a cidade sobre que a moderna Coimbra viria a construir-se[8].

Nas escavações levadas a efeito na actual cidade de Évora encontrou-se, não há muitos anos, o pedaço de uma canalização romana de chumbo. E tal como nos dias de hoje as condutas de água têm a 'chancela' dos Serviços Municipalizados locais, também essa ostentava, numa cartela, as abreviaturas LIB IVL, de LIB(*eralitas)* IVL(*ia)* – ver Fig. 1 – epítetos com que o general romano César ou o primeiro imperador, Augusto, ambos da família Júlia, decidiram qualificar a cidade pré-romana de *Ebora,* tal como a Beja (cujo nome pré-romano se desconhece) se apelidou de *Pax Iulia* e *Olisipo* (Lisboa) de *Felicitas Iulia,* a «Felicidade Júlia».

Mais perto de nós, em Faro, foi encontrada uma dedicatória ao imperador Aureliano, que reinou de 270 a 275 d. C. Nela se diz que, por decreto da ordem dos decuriões (*ex decreto ordinis),* a república ossonobense se considera «devota do seu númen e majestade» (D N M EIVS = *devota numini maiestatique eius)* e, por isso, lhe presta pública homenagem[9]. E assim ficou resolvida, duma vez por todas, a questão da identificação da cidade que precedera a actual Faro: não podia ser o

---

[7] FRADE (Helena), «Ara a Júpiter da *civitas Cobelcorum*», *Ficheiro Epigráfico* 58 1998 nº 266.
[8] ENCARNAÇÃO (José d'), «Notas sobre a epigrafia romana de Coimbra», *Actas das I Jornadas do Grupo de Arqueologia e Arte do Centro,* Coimbra, 1979, 173-176.
[9] Cf. ENCARNAÇÃO (José d'), *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis,* Coimbra, 1984, nº 4.

agregado populacional sito em Milreu, que era, isso sim, luxuosa casa de campo *(villa)…*

Num epitáfio romano identificado em Vila Franca de Xira (Fig. 2), informa-se que o defunto se chamava Marco António Lupo, olisiponense. Inscrito na tribo Galéria, era, pois, um cidadão de Lisboa – e Lisboa não era ali, mas noutro local, porque doutro modo se não necessitaria da menção da sua origem, como hoje, numa determinada terra, é chamado de «beirão» o único indivíduo que ali reside natural das Beiras quando a quase totalidade dos outros o não são. Sabemos, na actualidade, onde fica *Olisipo;* caso o não soubéssemos, teríamos, com este documento, uma certeza: Vila Franca de Xira já não estava, nesse tempo, no aro olisiponense.

Idêntico raciocínio se poderá fazer em relação a um outro epitáfio achado na região da Corunha: Gaio Ácio Aciano Rufino vem aí identificado como *Seiliensis*. Ora, *Seilium* (palavra que também surge grafada *Sellium)* é, com toda a probabilidade, o nome de Tomar na época romana; aliás, este mesmo personagem vem citado noutra epígrafe da própria cidade.

Outro tipo de monumentos da época romana que importará referir neste contexto são os miliários, marcos que se poderão considerar os "antepassados" dos que, nas estradas actuais, nos indicam as distâncias a que estamos de determinado lugar relevante. No tempo dos Romanos, também isso acontecia e uma via de certa importância estaria equipada, aqui e além, nos pontos 'nevrálgicos', de marcos que assinalariam essas distâncias em milhas (*millia passuum,* milhares de passos). É notável a chamada «Geira romana» que atravessa o Parque Natural da Peneda-Gerês e que foi a via de ligação entre Braga *(Bracara Augusta)* e Astorga *(Asturica Augusta,* já em Espanha). Há marcos a indicar o número de milhas que até ali se contavam desde Braga *(a Bracara Augusta m. p...).*

A época árabe

Depois da ocupação romana, foi, sem dúvida, a ocupação árabe que mais vestígios nos deixou em termos de toponímia, porque, de concretos que eram, ligados bem à terra, os Árabes tinham de dar nomes a tudo quanto era acidente orográfico ou aglomerado populacional. E o que é curioso é que, hoje, a investigação vem verificando quanto esse povo «chamava as coisas pelo seu nome». Daí termos na

língua portuguesa muitos termos de uso corrente que são de etimologia árabe, nomeadamente os que se referem a utensílios do dia-a-dia.

Refira-se, a título de exemplo, o caso de uma povoação a que Albufeira e, de um modo geral, o Algarve está ligado, pois recebeu muitos algarvios que para ali foram, nas décadas de 40 e 50 do século passado para trabalhar na pedra. Trata-se de Birre. Durante muito tempo se discutiu a origem etimológica de tão estranho topónimo e chegou-se, inclusive, a pensar que o nome poderia derivar de ali ter existido um birre, ou seja, um porco de cobrição afamado, a que os criadores de porcos levariam as suas porcas: «Vamos ao birre!». Com o hábito, o nome comum do animal teria passado a topónimo: Birre. Outra, muito diferente, foi, porém, a opinião de uma conceituada especialista em árabe antigo, a Professora María de Jesús Rubiera Mata, da Universidade de Alicante, que considerou a palavra vinda de uma outra, árabe, de som mais ou menos idêntico a «barr», com o significado de terra firme. E a explicação tinha, de facto, todo o sentido: vindo da zona da Praia do Guincho, encontram-se as dunas e o solo ainda arenoso (a primeira povoação é Areia, por isso); a determinado ponto do caminho, porém, começa a encontrar-se a rocha firme, grandes bancos de pedra, donde, até há muito pouco tempo, se extraía o célebre azulino de Cascais.

Todos sabem que a sílaba inicial al- equivale ao artigo árabe «o». Daí que Alportel seja «a porta», Almada «a mina»… Arrábida deriva do facto de, naquela serra, serem abundantes as «rábitas», pequenos locais aptos ao eremitismo, que, pela sua beleza, proporcionavam meditação, o fácil contacto com as entidades supernas... E Almoinhas Velhas indicia a existência, desde tempos muçulmanos, de hortejos cultivados…

E já por aqui nos embrenhamos nas sendas da História, pois que uma análise cuidada desta toponímia árabe explica o que esse povo via ali de importante e caracterizador. Pela toponímia até à História!...

Viajar...

E se esta toponímia de etimologia árabe é sintoma da mentalidade concreta de então, a necessidade de identificar as localidades prende-se igualmente com a história das ideias mais correntes em determinada época.

Certo é que se coloca placa identificativa para que nos reconheçam, saibam que terra habitamos, quiçá aquela onde nascemos e de que muito nos orgulhamos,

portanto. De resto, o desenvolvimento do turismo – na sua fundamental vertente de «tour», ‘giro’, ‘volta’, ‘ir por aí’... – reclamou a sinalização de itinerários, identificação de lugares... Coube ao Automóvel Clube de Portugal essa tarefa, que, neste momento da investigação (linguística e de história do urbanismo, por exemplo), se reveste de particular significado.

Compreende-se: um clube de gente que preferentemente se deslocava de automóvel pelo País precisava, de facto, de ter guias, de saber onde estava. Ampla campanha fez, por conseguinte, para que ao automobilista nada faltasse nesse domínio. Milhares de azulejos se mandaram fazer na Fábrica da Viúva Lamego, cada um com uma letra ou uma sinalefa; sobre o painel, bem simétrico, deveria figurar como que num nicho, o anagrama do ACP e… hoje é possível sabermos, se todos tivermos cuidado na sua preservação, quais as terras que mais interessava visitar e que maior relevância referencial detinham.

De resto, não será despropositado referir neste fórum quanto a citada preservação dessas placas no seu sitio original detém, na actualidade, um interesse histórico primordial: é que as placas identificativas eram colocadas na primeira casa da povoação (dessa altura); geralmente, uma casa de dois pisos, com uma janelinha donde se permitia perscrutar quem entrava e quem saía (qual guarda de contemporâneo condomínio fechado…). Referenciando-as, teremos o perímetro urbano da localidade, saberemos o que cresceu desde então, o como e o porquê... Por isso incitamos as autarquias a bem localizarem essas placas e a exigirem aos proprietários dos edifícios que – mesmo procedendo a obras de beneficiação do imóvel em que a placa está encastrada – a não retirem ou a voltem a colocar no mesmo sitio, depois do restauro feito (Fig. 3). É um índice a não perder!

Como as que indicam itinerários, pois assim se obtém uma documentação segura acerca dos principais eixos viários de então. Daria, nesse âmbito, um exemplo que se me afigura sintomático: a estrada nacional nº 9 ligava Cascais a Alenquer. Não existe, agora e desde há mais de 50 anos, uma estrada directa a ligar ambas as localidades. Ocorreria, pois, indagar da razão desse traçado e, se outro documento não houvera, esse seria o bastante para se saber que, na época em que se gizou o mapa das estradas portuguesas, se houve por necessário unir Alenquer a Cascais (ou vice-versa). Sabemo-lo, na verdade, por outra documentação: é que não só a Corte amiúde estanciava naquela vila de Alenquer como também Cascais se encontrou, judicialmente, durante muito tempo, na dependência da comarca de Alenquer!...

A atribuição toponímica

As actuais preocupações das autarquias prendem-se, de modo particular, sobre as designações a dar aos novos arruamentos ou àqueles que, já existentes, ainda não têm nome. Importa, pois, aproveitar o ensejo para reflectir sobre o papel que a História pode desempenhar nessa atribuição.

Durante séculos assim foi: as gentes chamavam as terras pelos nomes que vinham de gerações anteriores, transmitidos pela tradição. Nos finais do século XIX, porém, o desenvolvimento do urbanismo e a necessidade de honrar cidadãos ilustres ou memorar acontecimentos notáveis levaram a que, para além da História em sentido lato, a política entrasse toponímia adentro.

Nas décadas de 50 e 60 do século passado, as autarquias viram-se confrontadas, pela primeira vez, com a obrigatoriedade de 'arrumarem' casas e cidadãos. Como fazer? Os caminhos foram diversos, desde, nomeadamente, a consulta a especialistas da História Local à atribuição temática por núcleos habitacionais (aldeias, bairros, lugares).

Nessa actuação múltiplos factores intervieram e, também nesse domínio, uma pesquisa aturada pode denunciar mentalidades, preocupações quotidianas, orientações politicas, enfim, todo um conjunto de interessantes condicionalismos que melhor ajudam a compreender o passado e o presente.

Assim, poderá causar estranheza depararmo-nos, numa das artérias de Angra do Heroísmo, na Ilha Terceira (Açores), com uma placa de azulejo apenas enxacotado, rectangular mas de vértices arredondados, cercadura azul, fundo branco antigo e os dizeres, actuais, RUA DO CRUSEIRO. Há muito que Cruzeiro se escreve com Z e, conseguintemente, admira que, tendo sido gravada não há muitas décadas, a placa ostente grafia antiga – como numa Rua de Ponta Delgada também se encontra RUA D'AGOA (por Rua da Água). Trata-se, em ambos os casos, de designações tradicionais, que se prendem com a realidade concreta: numa existia um cruzeiro, doutra vinha a água... Mas qual o porquê da manutenção, agora, de uma grafia antiga? Precisamente a intenção de mostrar que se trata… de uma designação antiga, que ora orgulhosamente se mantém. E se verificarmos que, no âmbito da reconstrução da cidade, após o terramoto que quase por completo a destruiu, Angra do Heroísmo optou por «voltar aos tempos antigos», com a adopção de placas toponímicas à maneira antiga e mantendo as designações tradicionais, o que lhe valeu também por

isso a classificação de «cidade património da Humanidade», se atentarmos em tudo isso teremos razões de sobra para perceber que a atribuição do nome a uma rua não é mera operação administrativa mas radica mais fundo, na consciência da população, nas tradições dos moradores, os primeiros a deverem ser, neste caso, amplamente consultados, até porque são eles que sabem do «Génio do lugar» e ali têm as suas raízes.

Importará, neste contexto, aduzir alguns exemplos que melhor ilustrem o que se acaba de afirmar.

Em Bruxelas, as placas das ruas têm dois nomes: «Rue du Cornet / Hoorn Straat». Neste caso, por a designação francesa estar em primeiro lugar, encontramo-nos no sector francês e não no flamengo da cidade. Poderá ser curioso saber que, nessa cidade, as placas podem ser financiadas por empresas localizadas na rua: DEMARTEAU *Opticiens* pagou uma das placas da referida Rue du Cornet...

Poderá surpreender-nos, na Irlanda, vermos em todas as placas toponímicas duas designações da mesma povoação: Gaillimh e GALWAY (assim mesmo, Gaillimh em letras mais pequenas). Trata-se, é bem de ver, de uma questão politica: a primeira língua é o irlandês, em módulo mais pequeno, todavia, por não ser tão falado e conhecido, a segunda, o inglês. Na Grécia, encontramos o topónimo em grego e em inglês – aqui, porém, a questão é outra, a da diferença de caracteres e, também, a motivação turística.

Já o mesmo se não poderá dizer a respeito do que se passa em Ponta Delgada, a capital dos Açores. Aqui, a política sobrepujou a tradição e não nos deve admirar saber que a RUA DO FRIAS – decerto personalidade local bem conhecida entre os habitantes – deu lugar à RUA JOSÉ MARIA RAPOSO DE AMARAL ou que a RUA DO GASPAR (Fig. 4) se transformou na RUA DR. BRUNO TAVARES CARREIRO, nome do «benemérito cirurgião» que numa casa dessa rua «residiu e faleceu aos 5 de Outubro de 1911», como reza a placa colocada na referida casa, como «homenagem dos Micaelenses e da Câmara Municipal de Ponta Delgada de 1911».

Numa terra de que já falámos, Birre, sita na freguesia e concelho de Cascais, existem perto uma da outra, a identificar arruamentos contíguos, duas placas que são toponímicas e honorificas ao mesmo tempo, se tivermos em conta não só a sua forma de monumento como os dizeres que ambas ostentam e que valerá a pena registar. Foram oficialmente inauguradas no mesmo dia, 23 de Abril de 1916.

Homenageia-se numa (Fig. 5) a Camara Municipal de Cascaes [sic], na pessoa do presidente da sua «Commissão Executiva», Fausto de Figueiredo, «pelo grande incremento por ela dado ao fomento e a instrucção popular do concelho». Consagra-se a outra ao Director Geral da Agricultura, João da Câmara Pestana; e, aqui, a dedicante é a própria Câmara e João da Câmara Pestana é assumido como o responsável pela sua Direcção-Geral, de que se sublinha «o valioso concurso por ela dado ao desenvolvimento da pecuária e da agricultura do concelho».

Se atentarmos que ambas as placas se situam na proximidade duma das primeiras escolas primárias republicanas do concelho, sita onde era uma igreja[10], e que, portanto, o núcleo republicano era forte nessa quase ignorada aldeia do concelho, compreenderemos melhor o seu elevado significado. Ficamos igualmente a saber – se doutra sorte o não soubéssemos – que, nessa data, Cascais detinha uma Comissão Executiva à frente da sua Câmara Municipal e que, no dealbar do século XX, quando o turismo aí já desempenhava papel de relevo, a população e a Câmara preocupam-se com a instrução, a agricultura e a pecuária!... Uma lição!

Perspectivas

Em pleno século XXI, envoltos como estamos numa globalização uniformizante, os olhares voltam-se, de novo, para o que realmente nos identifica e nos individualiza. Que critérios adoptar para uma correcta atribuição toponímica? Que normas seguir? Como conciliar política com dever cívico e tradição, em justificável equilíbrio?

Voltaria, se me é permitido, ao caso de Cascais e à política – que considero sábia – aí seguida nas décadas de 60 e de 70 do século passado, quando a grande explosão urbanística exigiu nomes para os arruamentos. Optou-se inteligentemente pela agregação temática: Birre teve ruas com nomes de flores, o Bairro da Pampilheira nomes de escritores (Fig. 6), a Torre nomes de árvores (Fig. 7), o Bairro do Rosário nomes de navegantes, a Areia (em torno da ermida de São Brás) nomes de santos…

Constitui, como se sabe, apanágio das juntas de freguesia a proposta da toponímia dos arruamentos. E se, de um modo geral, não há problema em relação ao nome a dar, por exemplo, a um novo aldeamento, porque se vai às matrizes prediais e

---

[10] Cf. ENCARNAÇÃO (José d'), *Cascais e os Seus Cantinhos*, Cascais, 2002, p. 19-22.

se escolhe o nome por que, desde sempre, o sítio é conhecido, já o mesmo não acontece com a designação de uma nova artéria. Preconizo sempre, na ausência de uma designação tradicional, a de se optar por uma arrumação temática, a mais consentânea com uma 'arrumação' facilmente visível e identificável. Claro que as juntas consultam a população, as comissões de moradores ou as instituições culturais porventura ali existentes; mas cumpre-lhes exercer o seu papel moderador, para que se não repitam as ruas Luís de Camões...

A perpetuação de nomes de individualidades que à localidade deram prestigio em qualquer campo de actividade que eles se situem afigura-se-me igualmente dever cívico imprescindível, a nunca esquecer. No entanto, urgente é – também neste domínio da toponímia – para além da clareza, inclusive para efeitos postais (saber onde começa e onde acaba um arruamento ou uma aldeia…), há que ter em conta a urgência de conciliar política com dever cívico e tradição, em justificável equilíbrio.

Fig. 1 – Canalização de chumbo, da época romana, achada em Évora, com a designação latina da cidade: LIB(*eralitas)* · IVL(*ia).*

.....

Fig. 2 – Epitáfio romano identificado em Vila Franca de Xira.
Nele se perpetua a memória do olisiponense Marco António Lupo.

Fig. 3 – O proprietário desta casa de Celorico da Beira compreendeu o interesse histórico da placa que ali fora colocada por iniciativa do Automóvel Clube de Portugal – e preservou-a mesmo após as obras de beneficiação do imóvel.

Fig. 4 – Exemplo de placa toponímica de Ponta Delgada,
onde se manteve o registo da antiga designação.

Fig. 5 – Placa simultaneamente toponímica e honorífica, em Birre (Cascais).

Fig. 6 – Placa toponímica actual no concelho de Cascais,
numa zona em que todas as ruas têm nomes de escritores.

Fig. 7 – Também de Cascais,
em zona com nomes de árvores.

Actas

1as JORNADAS DE TOPONIMIA DO SUL

Albufeira 26 de Janeiro 2007

AUDITÓRIO MUNICIPAL DE ALBUFEIRA

Albufeira

Ficha Técnica

Edição
Município de Albufeira e Comissão Municipal de Toponímia

Título
Actas das 1as Jornadas de Toponímia de Albufeira

Tiragem
250

Ano
2008

Execução Gráfica
NC&G
Portimão

Agradecimentos
O Município de Albufeira e a Comissão Municipal de Toponímia agradecem a todos aqueles que colaboraram com os seus textos e investigações destinadas a esta publicação.

II Parte

História e Toponímia

PELA TOPONÍMIA ATÉ À HISTÓRIA

*por **José d'Encarnação****

Pode estabelecer-se relação estreita entre a toponímia e a História. Assim, a investigação sobre a toponímia antiga permite-nos identificar lugares e povos e descortinar o significado concreto desses nomes.

Nos tempos pré-romanos

Quem, por exemplo, se debruça sobre a numismática circulante na época que precedeu a vinda dos Romanos para o território actualmente português, designadamente nesta zona do Sudoeste em que Albufeira se integra, encara como primordial objectivo da sua pesquisa – para além da exploração do simbolismo dos motivos que decoram os numismas – desvendar o significado dos caracteres que eles ostentam.

Pertencem a um idioma ainda por decifrar, a chamada «escrita do Sudoeste», de que existem nos museus várias dezenas de estelas, interpretadas, de um modo geral, como sendo de índole funerária. Mas não se sabe o que dizem nem se são fonéticos, ideográficos ou simbólicos esses sinais que ostentam.

Em todo o caso, tentativas tem havido, inclusive para verter para a nossa fonética os topónimos que, como é hábito, têm de figurar numa moeda a indicar o local onde foi cunhada ou onde circula.

Desta forma, moedas de Alcácer do Sal, amiúde representadas nos livros sobre a Idade do Ferro peninsular, trazem uma legenda que, segundo alguns, se deve ler *Ketnipo* e, segundo outros, *Bevipo* – e esse seria um dos nomes mais antigos daquela que viria a ser a *Salacia Imperatoria Urbs* dos tempos romanos e que, pela sua localização, no estuário do Sado, tamanha importância estratégica, política e económica viria a ter.

Por conseguinte, incluiríamos os estudos numismáticos nas primeiras fontes para o estudo da toponímia primitiva, ainda que eriçados das referidas dificuldades.

Na época romana

No que à época romana diz respeito – e, aqui, já nos aproximamos mais de uma realidade nossa conhecida – não só dispomos de textos literários que se fazem eco de topónimos, como também, e principalmente, de documentos epigráficos. Que nomes tinham, então, as nossas cidades e vilas: existiriam elas ou foram criação posterior? – interrogamo-nos.

Na verdade, constituem as inscrições fonte primordial para se conhecerem os topónimos do tempo da ocupação romana no território lusitano. Assim, há – designadamente no Centro de Portugal – rochas que ostentam letreiros a indicar a fronteira de determinado território. Recordo, a título de exemplo, um, da zona de Viseu, onde se lê PAISICAICOI / HAC FINIS, que é como quem diz: «Aqui é a fronteira dos Paisicaicos», povo pré-romano de que apenas se conhece esta menção.

A meio da ponte romana de Chaves (*Aquae Flaviae*), está vetusta cópia do chamado «Padrão dos Povos», que refere os nomes dos povos que, no tempo do Império romano, meteram ombros a uma obra comum, quiçá um importante melhoramento viário que a todos interessasse manter em bom estado: os *Aquiflavienses*, os *Coelerni*, os *Limici*, entre outros… E, hoje, com base nesse padrão e na ordem por que os povos aí são citados, procura-se investigar quais seriam os territórios em que se situariam…

Algumas inscrições funerárias romanas memoravam pessoas que se designavam Cobelcos. Constituía esta palavra um pequeno enigma, pois não se sabia se era nome próprio, se derivaria dalgum topónimo. A descoberta, na Torre de Almofala, de um bonito altar fundacional em que a *Civitas Cobelcorum* presta homenagem a Júpiter Óptimo Máximo (*Iovi Optumo Maxumo*), o deus maior dos Romanos, veio pôr termo às dúvidas existentes: era ali a cidade dos Cobelcos e o nome que aparecia nas inscrições indicava a naturalidade do defunto.

Durante muitos anos se supôs que Coimbra assentava na romana *Conimbriga*. Hoje sabe-se que não: Coimbra designa-se assim, porque, no século III, aquando da invasão dos Suevos, a cidade foi abandonada pela população, que veio fixar-se nas margens do Mondego. E como se chamaria essa nova cidade? Só a descoberta, em reaproveitamento num dos muros urbanos, da dedicatória feita pela cidade de *Aeminium* (*civitas Aeminiensis*) ao imperador Constâncio, em 305-306, pôde demonstrar, sem sombra para dúvidas, que se designava *Aeminium* a cidade sobre que a moderna Coimbra viria a construir-se.

Nas escavações levadas a efeito na actual cidade de Évora encontrou-se, não há muitos anos, o pedaço de uma canalização romana de chumbo. E tal como nos dias de hoje as condutas de água têm a 'chancela' dos Serviços Municipalizados locais, também essa ostentava, numa cartela, as abreviaturas LIB IVL, de LIB(*eralitas*) IVL(*ia*) – ver Fig. 1 – epítetos com que o general romano César ou o primeiro imperador, Augusto, ambos da família Júlia, decidiram

qualificar a cidade pré-romana de *Ebora*, tal como a Beja (cujo nome pré-romano se desconhece) se apelidou de *Pax Iulia* e *Olisipo* (Lisboa) de *Felicitas Iulia*, a «Felicidade Júlia».

Mais perto de nós, em Faro, foi encontrada uma dedicatória ao imperador Aureliano, que reinou de 270 a 275 d. C. Nela se diz que, por decreto da ordem dos decuriões (*ex decreto ordinis*), a república ossonobense se considera «devota do seu númen e majestade» (D N M EIVS = *devota numini maiestatique eius*) e, por isso, lhe presta pública homenagem. E assim ficou resolvida, duma vez por todas, a questão da identificação da cidade que precedera a actual Faro: não podia ser o agregado populacional sito em Milreu, que era, isso sim, luxuosa casa de campo (*villa*)...

Num epitáfio romano identificado em Vila Franca de Xira (Fig. 2), informa-se que o defunto se chamava Marco António Lupo, olisiponense. Inscrito na tribo Galéria, era, pois, um cidadão de Lisboa – e Lisboa não era ali, mas noutro local, porque doutro modo se não necessitaria da menção da sua origem, como hoje, numa determinada terra, é chamado de «beirão» o único indivíduo que ali reside natural das Beiras quando a quase totalidade dos outros o não são. Sabemos, na actualidade, onde fica *Olisipo;* caso o não soubéssemos, teríamos, com este documento, uma certeza: Vila Franca de Xira já não estava, nesse tempo, no aro olisiponense.

Idêntico raciocínio se poderá fazer em relação a um outro epitáfio achado na região da Corunha: Gaio Ácio Aciano Rufino vem aí identificado como *Seiliensis*. Ora, *Seilium* (palavra que também surge grafada *Sellium*) é, com toda a probabilidade, o nome de Tomar na época romana; aliás, este mesmo personagem vem citado noutra epígrafe da própria cidade.

Outro tipo de monumentos da época romana que importará referir neste contexto são os miliários, marcos que se poderão considerar os "antepassados" dos que, nas estradas actuais, nos indicam as distâncias a que estamos de determinado lugar relevante. No tempo dos Romanos, também isso acontecia e uma via de certa importância estaria equipada, aqui e além, nos pontos 'nevrálgicos', de marcos que assinalariam essas distâncias em milhas (*millia passuum*, milhares de passos). É notável a chamada «Geira romana» que atravessa o Parque Natural da Peneda-Gerês e que foi a via de ligação entre Braga (*Bracara Augusta*) e Astorga (*Asturica Augusta*, já em Espanha). Há marcos a indicar o número de milhas que até ali se contavam desde Braga (*a Bracara Augusta m. p...*).

A época árabe

Depois da ocupação romana, foi, sem dúvida, a ocupação árabe que mais vestígios nos deixou em termos de toponímia, porque, de concretos que eram, ligados bem à terra, os Árabes tinham de dar nomes a tudo quanto era

acidente orográfico ou aglomerado populacional. E o que é curioso é que, hoje, a investigação vem verificando quanto esse povo «chamava as coisas pelo seu nome». Daí termos na língua portuguesa muitos termos de uso corrente que são de etimologia árabe, nomeadamente os que se referem a utensílios do dia-a-dia.

Refira-se, a título de exemplo, o caso de uma povoação a que Albufeira e, de um modo geral, o Algarve está ligado, pois recebeu muitos algarvios que para ali foram, nas décadas de 40 e 50 do século passado para trabalhar na pedra. Trata-se de Birre. Durante muito tempo se discutiu a origem etimológica de tão estranho topónimo e chegou-se, inclusive, a pensar que o nome poderia derivar de ali ter existido um birre, ou seja, um porco de cobrição afamado, a que os criadores de porcos levariam as suas porcas: «Vamos ao birre!». Com o hábito, o nome comum do animal teria passado a topónimo: Birre. Outra, muito diferente, foi, porém, a opinião de uma conceituada especialista em árabe antigo, a Professora María de Jesús Rubiera Mata, da Universidade de Alicante, que considerou a palavra vinda de uma outra, árabe, de som mais ou menos idêntico a «barr», com o significado de terra firme. E a explicação tinha, de facto, todo o sentido: vindo da zona da Praia do Guincho, encontram-se as dunas e o solo ainda arenoso (a primeira povoação é Areia, por isso); a determinado ponto do caminho, porém, começa a encontrar-se a rocha firme, grandes bancos de pedra, donde, até há muito pouco tempo, se extraía o célebre azulino de Cascais.

Todos sabem que a sílaba inicial al- equivale ao artigo árabe «o». Daí que Alportel seja «a porta», Almada «a mina»... Arrábida deriva do facto de, naquela serra, serem abundantes as «rábitas», pequenos locais aptos ao eremitismo, que, pela sua beleza, proporcionavam meditação, o fácil contacto com as entidades supernas... E Almoinhas Velhas indicia a existência, desde tempos muçulmanos, de hortejos cultivados...

E já por aqui nos embrenhamos nas sendas da História, pois que uma análise cuidada desta toponímia árabe explica o que esse povo via ali de importante e caracterizador. Pela toponímia até à História!...

Viajar...

E se esta toponímia de etimologia árabe é sintoma da mentalidade concreta de então, a necessidade de identificar as localidades prende-se igualmente com a história das ideias mais correntes em determinada época.

Certo é que se coloca placa identificativa para que nos reconheçam, saibam que terra habitamos, quiçá aquela onde nascemos e de que muito nos orgulhamos, portanto. De resto, o desenvolvimento do turismo – na sua fundamental vertente de «tour», 'giro', 'volta', 'ir por aí'... – reclamou a sinalização de itinerários, identificação de lugares... Coube ao Automóvel Clube de Portugal essa tarefa, que, neste momento da investigação (linguística e de história do urbanismo, por exemplo), se reveste de particular significado.

Compreende-se: um clube de gente que preferentemente se deslocava de automóvel pelo País precisava, de facto, de ter guias, de saber onde estava. Ampla campanha fez, por conseguinte, para que ao automobilista nada faltasse nesse domínio. Milhares de azulejos se mandaram fazer na Fábrica da Viúva Lamego, cada um com uma letra ou uma sinalefa; sobre o painel, bem simétrico, deveria figurar como que num nicho, o anagrama do ACP e... hoje é possível sabermos, se todos tivermos cuidado na sua preservação, quais as terras que mais interessava visitar e que maior relevância referencial detinham.

De resto, não será despropositado referir neste fórum quanto a citada preservação dessas placas no seu sítio original detém, na actualidade, um interesse histórico primordial: é que as placas identificativas eram colocadas na primeira casa da povoação (dessa altura); geralmente, uma casa de dois pisos, com uma janelinha donde se permitia perscrutar quem entrava e quem saía (qual guarda de contemporâneo condomínio fechado...). Referenciando-as, teremos o perímetro urbano da localidade, saberemos o que cresceu desde então, o como e o porquê... Por isso incitamos as autarquias a bem localizarem essas placas e a exigirem aos proprietários dos edifícios que – mesmo procedendo a obras de beneficiação do imóvel em que a placa está encastrada – a não retirem ou a voltem a colocar no mesmo sítio, depois do restauro feito (Fig. 3). É um índice a não perder!

Como as que indicam itinerários, pois assim se obtém uma documentação segura acerca dos principais eixos viários de então. Daria, nesse âmbito, um exemplo que se me afigura sintomático: a estrada nacional nº 9 ligava Cascais a Alenquer. Não existe, agora e desde há mais de 50 anos, uma estrada directa a ligar ambas as localidades. Ocorreria, pois, indagar da razão desse traçado e, se outro documento não houvera, esse seria o bastante para se saber que, na época em que se gizou o mapa das estradas portuguesas, se houve por necessário unir Alenquer a Cascais (ou vice-versa). Sabemo-lo, na verdade, por outra documentação: é que não só a Corte amiúde estanciava naquela vila de Alenquer como também Cascais se encontrou, judicialmente, durante muito tempo, na dependência da comarca de Alenquer!...

A atribuição toponímica

As actuais preocupações das autarquias prendem-se, de modo particular, sobre as designações a dar aos novos arruamentos ou àqueles que, já existentes, ainda não têm nome. Importa, pois, aproveitar o ensejo para reflectir sobre o papel que a História pode desempenhar nessa atribuição.

Durante séculos assim foi: as gentes chamavam as terras pelos nomes que vinham de gerações anteriores, transmitidos pela tradição. Nos finais do século XIX, porém, o desenvolvimento do urbanismo e a necessidade de honrar cidadãos ilustres ou memorar acontecimentos notáveis levaram a que, para além

da História em sentido lato, a política entrasse toponímia adentro.

Nas décadas de 50 e 60 do século passado, as autarquias viram-se confrontadas, pela primeira vez, com a obrigatoriedade de 'arrumarem' casas e cidadãos. Como fazer? Os caminhos foram diversos, desde, nomeadamente, a consulta a especialistas da História Local à atribuição temática por núcleos habitacionais (aldeias, bairros, lugares).

Nessa actuação múltiplos factores intervieram e, também nesse domínio, uma pesquisa aturada pode denunciar mentalidades, preocupações quotidianas, orientações políticas, enfim, todo um conjunto de interessantes condicionalismos que melhor ajudam a compreender o passado e o presente.

Assim, poderá causar estranheza depararmo-nos, numa das artérias de Angra do Heroísmo, na Ilha Terceira (Açores), com uma placa de azulejo apenas enxacotado, rectangular mas de vértices arredondados, cercadura azul, fundo branco antigo e os dizeres, actuais, RUA DO CRUSEIRO. Há muito que Cruzeiro se escreve com Z e, conseguintemente, admira que, tendo sido gravada não há muitas décadas, a placa ostente grafia antiga – como numa Rua de Ponta Delgada também se encontra RUA D'AGOA (por Rua da Água). Trata-se, em ambos os casos, de designações tradicionais, que se prendem com a realidade concreta: numa existia um cruzeiro, doutra vinha a água... Mas qual o porquê da manutenção, agora, de uma grafia antiga? Precisamente a intenção de mostrar que se trata... de uma designação antiga, que ora orgulhosamente se mantém. E se verificarmos que, no âmbito da reconstrução da cidade, após o terramoto que quase por completo a destruiu, Angra do Heroísmo optou por «voltar aos tempos antigos», com a adopção de placas toponímicas à maneira antiga e mantendo as designações tradicionais, o que lhe valeu também por isso a classificação de «cidade património da Humanidade», se atentarmos em tudo isso teremos razões de sobra para perceber que a atribuição do nome a uma rua não é mera operação administrativa mas radica mais fundo, na consciência da população, nas tradições dos moradores, os primeiros a deverem ser, neste caso, amplamente consultados, até porque são eles que sabem do «Génio do lugar» e ali têm as suas raízes.

Importará, neste contexto, aduzir alguns exemplos que melhor ilustrem o que se acaba de afirmar.

Em Bruxelas, as placas das ruas têm dois nomes: «Rue du Cornet / Hoorn Straat». Neste caso, por a designação francesa estar em primeiro lugar, encontramo-nos no sector francês e não no flamengo da cidade. Poderá ser curioso saber que, nessa cidade, as placas podem ser financiadas por empresas localizadas na rua: DEMARTEAU *Opticiens* pagou uma das placas da referida Rue du Cornet...

Poderá surpreender-nos, na Irlanda, vermos em todas as placas toponímicas duas designações da mesma povoação: Gaillimh e GALWAY (assim mesmo, Gaillimh em letras mais pequenas). Trata-se, é bem de ver, de uma

questão política: a primeira língua é o irlandês, em módulo mais pequeno, todavia, por não ser tão falado e conhecido, a segunda, o inglês. Na Grécia, encontramos o topónimo em grego e em inglês – aqui, porém, a questão é outra, a da diferença de caracteres e, também, a motivação turística.

Já o mesmo se não poderá dizer a respeito do que se passa em Ponta Delgada, a capital dos Açores. Aqui, a política sobrepujou a tradição e não nos deve admirar saber que a RUA DO FRIAS – decerto personalidade local bem conhecida entre os habitantes – deu lugar à RUA JOSÉ MARIA RAPOSO DE AMARAL ou que a RUA DO GASPAR (Fig. 4) se transformou na RUA DR. BRUNO TAVARES CARREIRO, nome do «benemérito cirurgião» que numa casa dessa rua «residiu e faleceu aos 5 de Outubro de 1911», como reza a placa colocada na referida casa, como «homenagem dos Micaelenses e da Câmara Municipal de Ponta Delgada de 1911».

Numa terra de que já falámos, Birre, sita na freguesia e concelho de Cascais, existem perto uma da outra, a identificar arruamentos contíguos, duas placas que são toponímicas e honoríficas ao mesmo tempo, se tivermos em conta não só a sua forma de monumento como os dizeres que ambas ostentam e que valerá a pena registar. Foram oficialmente inauguradas no mesmo dia, 23 de Abril de 1916.

Homenageia-se numa (Fig. 5) a Camara Municipal de Cascaes [sic], na pessoa do presidente da sua «Commissão Executiva», Fausto de Figueiredo, «pelo grande incremento por ela dado ao fomento e a instrucção popular do concelho». Consagra-se a outra ao Director Geral da Agricultura, João da Câmara Pestana; e, aqui, a dedicante é a própria Câmara e João da Câmara Pestana é assumido como o responsável pela sua Direcção-Geral, de que se sublinha «o valioso concurso por ela dado ao desenvolvimento da pecuária e da agricultura do concelho».

Se atentarmos que ambas as placas se situam na proximidade duma das primeiras escolas primárias republicanas do concelho, sita onde era uma igreja, e que, portanto, o núcleo republicano era forte nessa quase ignorada aldeia do concelho, compreenderemos melhor o seu elevado significado. Ficamos igualmente a saber – se doutra sorte o não soubéssemos – que, nessa data, Cascais detinha uma Comissão Executiva à frente da sua Câmara Municipal e que, no dealbar do século XX, quando o turismo aí já desempenhava papel de relevo, a população e a Câmara preocupam-se com a instrução, a agricultura e a pecuária!... Uma lição!

Perspectivas

Em pleno século XXI, envoltos como estamos numa globalização uniformizante, os olhares voltam-se, de novo, para o que realmente nos identifica e nos individualiza. Que critérios adoptar para uma correcta atribuição toponímica? Que normas seguir? Como conciliar política com dever cívico e tradição, em

justificável equilíbrio?

Voltaria, se me é permitido, ao caso de Cascais e à política – que considero sábia – ai seguida nas décadas de 60 e de 70 do século passado, quando a grande explosão urbanística exigiu nomes para os arruamentos. Optou-se inteligentemente pela agregação temática: Birre teve ruas com nomes de flores, o Bairro da Pampilheira nomes de escritores (Fig. 6), a Torre nomes de árvores (Fig. 7), o Bairro do Rosário nomes de navegantes, a Areia (em torno da ermida de São Brás) nomes de santos...

Constitui, como se sabe, apanágio das juntas de freguesia a proposta da toponímia dos arruamentos. E se, de um modo geral, não há problema em relação ao nome a dar, por exemplo, a um novo aldeamento, porque se vai às matrizes prediais e se escolhe o nome por que, desde sempre, o sítio é conhecido, já o mesmo não acontece com a designação de uma nova artéria. Preconizo sempre, na ausência de uma designação tradicional, a de se optar por uma arrumação temática, a mais consentânea com uma 'arrumação' facilmente visível e identificável. Claro que as juntas consultam a população, as comissões de moradores ou as instituições culturais porventura ali existentes; mas cumpre-lhes exercer o seu papel moderador, para que se não repitam as ruas Luís de Camões...

A perpetuação de nomes de individualidades que à localidade deram prestígio em qualquer campo de actividade que eles se situem afigura-se-me igualmente dever cívico imprescindível, a nunca esquecer. No entanto, urgente é – também neste domínio da toponímia – para além da clareza, inclusive para efeitos postais (saber onde começa e onde acaba um arruamento ou uma aldeia...), há que ter em conta a urgência de conciliar política com dever cívico e tradição, em justificável equilíbrio.

.....

*Natural de S. Brás de Alportel (24-12-1994), **José d'Encarnação** vive em Cascais e é docente de Universidade de Coimbra desde 1976. Doutorou-se em História, em 1984, com uma dissertação sobre a ocupação romana no Sul de Portugal.

Professor catedrático desde 1991, foi nomeado, em 2001, doutor *honoris causa* pela Universidade de Poitiers (França). Fora agraciado, em 1994, com a medalha de mérito municipal de Cascais e o Rotary Club de Cascais Estoril atribuiu-lhe, em 2000, o diploma de Mérito Profissional Rotário.

Para além das cadeiras de sua especialidade propriamente dita (Epigrafia e História Antiga), lecciona ainda Património Cultural (Mestrado de Museologia e Património) e Comunicação Social no Curso de Política Cultural Autárquica.

Escreveu mais de quatro centenas e meia de artigos em revistas científicas; tem proferido conferências, para os mais diversos públicos, e já participou em mais de centena e meia de reuniões científicas, em Portugal e no estrangeiro, geralmente com comunicação.

A sua ligação ao Algarve tem-se acentuado na última década. Assim, vem participando em reuniões científicas ligadas à Arqueologia e ao Património, inclusive aqui em Albufeira. De

resto, prefaciou o livro, de Idalina Nunes Nobre, *Albufeira – Percursos de uma História Secular*, editado pela Junta de Freguesia em 1995. Foram publicados, em 2006, dois pequenos livros seus em jeito de livros de cordel: *Cecília Marina, Ossonobense* e *Pelas Veredas da História... em S. Brás de Aiportel*.

No que concerne à toponímia, tanto o livro *Cascais e os Seus Cantinhos* (Lisboa, 2002) como *Recantos de Cascais* (a apresentar neste trimestre) abordam essa problemática.

Como epigrafista, o comentário às inscrições obriga a embrenhar-se amiúde nessa problemática da toponímia antiga e actual.